

Inclusive Special Education: An approach in the context of Youth and Adult Education in the City of Manaus - AM

Educação Especial Inclusiva: Uma Abordagem No Contexto Da Educação De jovens E Adultos Na Cidade De Manaus – AM

Janderson da Costa Barroso, Suzzy Anne Santos Nobre, Shirlene Matias Ferreira,
Mônica Rodrigues Costa, Luiz da Cunha Feitosa

Received: 19 Nov 2021,

Received in revised form: 11 Jan 2022,

Accepted: 20 Jan 2022,

Available online: 26 Jan 2022

©2022 The Author(s). Published by AI
Publication. This is an open access article
under the CC BY license
(<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Keywords — *Inclusion, special education, teacher, student.*

Palavra Chave— *Inclusão, educação especial, professor, aluno.*

Abstract — *The proposal for school inclusion emphasizes, among other aspects, that education systems must respect and meet the educational needs of people with disabilities in the regular class. To this end, schools have several services, resources and strategies, such as: multifunctional resource rooms or pedagogical support rooms. From the above, as the EJA school located in the city of Manaus - Am, are you looking for improvements in the teaching of student learning with special needs? This research is justified by its interest in identifying, mapping and monitoring people with disabilities enrolled in an EJA school that constitutes district coordinator 3 of the State Department of Education – SEDUC. Therefore, to elucidate the research problem, the following general and specific objectives were elaborated: General: made to analyze the training path of People with Disabilities in the Education of Youth and Adults enrolled in High School and Specific: two closed questionnaires were applied to improve know the current situation of the school and students, outlining the profile of each student and teachers and, finally, the disclosure was made through reports and histories of the achievements and difficulties of the students.*

Resumo— *A proposta da inclusão escolar enfatiza, dentre outros aspectos, que os sistemas de ensino devem respeitar e atender às necessidades educacionais das pessoas com deficiência na classe regular. Para tanto, as escolas dispõem de vários serviços, recursos e estratégias, como: salas de recursos multifuncionais ou de apoio pedagógico. A partir do exposta, como a escola da EJA situada na cidade de Manaus - Am, estão buscando melhorias no ensino da aprendizagem de aluno como necessidades especiais? Presente pesquisa justifica-se por apresentar interesse em identificar, mapear e acompanhar as pessoas com deficiência matriculadas em uma escola da EJA que constitui a coordenadoria distrital 3 da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Portanto, para elucidar o problema de pesquisa elaborou-se os seguintes objetivos geral e*

específicos: Geral: feito a analisar o percurso formativo das Pessoas com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos matriculados no Ensino Médio e Específicos: foi aplicado dois questionários fechados para melhor conhecer a atual situação da escola e alunos, traçando perfil de cada aluno e professores e por último foi realizado a evidênciação por meios de relatórios e históricos das conquistas e dificuldades por partes dos alunos.

I. INTRODUÇÃO

Diante dos grandes desafios encontrados pela Educação atualmente, um deles é como podemos incluir alunos como Portadores de Necessidades Especiais – PCD no contexto escolar, sem excluí-lo de atividade que são distribuídas igual para todos. Esse grande desafio se torna muito mais difícil quando é voltado para o âmbito da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Muitas das escolas da EJA na cidade de Manaus estão de acordo integral para receber esses alunos com algum tipo de necessidade educacional, porém, os líderes governamentais estão cada vez mais deixando de lado o apoio a docentes e apoio na busca de ajuda para especialização ou buscas pelo aperfeiçoamento acadêmico.

A proposta da inclusão escolar enfatiza, dentre outros aspectos, que os sistemas de ensino devem respeitar e atender às necessidades educacionais das pessoas com deficiência na classe regular. Para tanto, as escolas dispõem de vários serviços, recursos e estratégias, como: salas de recursos multifuncionais ou de apoio pedagógico, atendimento educacional especializado, acesso ao currículo, porém, o acesso a esses ambientes é praticamente restrito, pois a deficiência de profissionais para atender essa demanda é grande e por fim tornam-se um problema pela grande desistência de alunos PCD do contexto escolar.

A partir do exposta, como a escola da EJA situada na cidade de Manaus - Am, estão buscando melhorias no ensino da aprendizagem de aluno como necessidades especiais?

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), o desafio da expansão do atendimento na educação de jovens e adultos já não reside apenas na população que jamais foi à escola, mas se estende àquela que frequentou os bancos escolares e, no entanto, não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e seguir aprendendo ao longo da vida.

Desta forma a presente pesquisa justifica-se por apresentar interesse em identificar, mapear e acompanhar as pessoas com deficiência matriculadas em uma escola da EJA que constitui a coordenadoria distrital 3 da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

Portanto, para elucidar o problema de pesquisa elaborou-se os seguintes objetivos geral e específicos: **Geral:** feito a analisar o percurso formativo

das Pessoas com Deficiência na Educação de Jovens e Adultos matriculados no Ensino Médio e **Específicos:** foi aplicado dois questionários fechados para melhor conhecer a atual situação da escola e alunos, traçando perfil de cada aluno e professores e por último foi realizado a evidênciação por meios de relatórios e históricos das conquistas e dificuldades por partes dos alunos.

II. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História da Educação Especial

É importante contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Evidencia-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

A prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais especiais. Antes mesmo de incluir, é importante certificar-se dos objetivos dessa inclusão, para o aluno, quais os benefícios/avanços, ele poderá ter, estando junto aos alunos da rede regular e produzir transformações.

A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996.

A educação dessas pessoas é denominada de educação especial em função da “clientela” a que se destina e para a qual o sistema deve oferecer “tratamento especial” tal como contido nos textos da lei 4024/61 e da 5692/71, hoje substituída pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96. A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.

2.2 Educação Especial e o novo EJA

A partir de uma busca no site oficial da Secretaria de Educação de Estado não foi possível obter informações acerca da relação entre Educação Inclusiva com a modalidade de ensino Educação para Jovens e Adultos (EJA). O que se vê são informações acerca da reformulação da EJA que apresenta como objetivos: 1) aperfeiçoar as práticas educativas da modalidade; 2) minimizar a evasão escolar; 3) otimizar o tempo de escolarização; 4) colocar à disposição do estudante da EJA uma modalidade atrativa, onde este sinta-se capaz de vencer os obstáculos do percurso escolar.

Dos objetivos supracitados chama à atenção, principalmente o 1 e o 4, pois constituem - se como pano de fundo para o interesse desta proposta de pesquisa. Quanto ao funcionamento, de acordo com a SEDUC a EJA se faz com jovens e adultos e não para eles, reforçando a ideia de que sua organização e funcionamento sejam incentivadores do atendimento aos estudantes e motivação para permanência e avanço nos estudos. Sendo assim, a reformulação da estrutura e da proposta pedagógica EJA não se refere apenas a característica etária, mas a articulação desta modalidade com a diversidade sociocultural e econômica de seu público.

Portanto, conforme a SEDUC, o “Novo EJA” deve oportunizar um currículo que tenha como principal objetivo a formação de um indivíduo dentro de sua integralidade, possibilitando conhecimentos diversos, habilidades, atitudes sociais, críticas e coerentes, contribuindo para o exercício da cidadania plena. A SEDUC informa ainda que coloca à disposição dos educadores da EJA um importante instrumento de apoio com a qualidade de referencial que lhe é conferido.

2.3 Quando o estudante ou a estudante da EJA é Pessoa com Deficiência?

Geralmente o questionamento que paira sob a cabeça das pessoas responsáveis na escola pela acolhida da PCD tem sido “o que fazer com essa pessoa?”. Pensando em uma resposta simplista, logo se responderia “oportunizar ensinamento assim como é feito aos demais estudantes”, contudo Nascimento e Carvalho apontam:

Garantir o acesso aos espaços escolares e aos conteúdos curriculares pertinentes a cada etapa de ensino dos estudantes com deficiência não tem sido tarefa fácil e o mesmo pode-se dizer em relação à permanência. Esses estudantes, conforme regulamenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Público-Alvo da Educação Especial, serão mencionados doravante como estudantes/educandos P.A.E.E. A política educacional inclusiva percorreu um longo trajeto de idas e vindas, até chegar na atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 [...]. (NASCIMENTO e CARVALHO, 2020, página 136).

Embora o debate acerca dessa temática não seja recente ainda assim os motivos para continuar a luta por intermédio de debates, discussões, confronto do que está exposto nos dispositivos legais e de como isto se materializa na realidade da escola, não se esgotaram. Ao contrário do que algumas pessoas pensam não basta que exista uma lei para salvaguardar os direitos adquiridos por essas pessoas, todavia é preciso sim que toda a sociedade se mantenha atenta e pronta para contribuir para a legitimação e consolidação desses direitos.

O vivenciado no campo de estágio enquanto licenciando em ciências biológicas, bem como as conversas com colegas, professores da escola e de instituições de ensino leva-nos a supor que algumas escolas ainda não estão preparadas para trabalhar com as diferenças e o resultado disso são as diversas incongruências que até hoje ocorrem no âmbito do ambiente escola. Bins (2013) deixa claro os meandros que constituem esse processo, embora o foco do trabalho desta pesquisadora tenha sido especificamente o adulto com deficiência intelectual, estudante da EJA é válido trazê-lo para este diálogo:

Ao abordar o sujeito adulto com deficiência intelectual, tenho a intenção de pontuar as barreiras e as concepções históricas que as pessoas com deficiências intelectuais têm enfrentado e que produzem definições preconceituosas sobre seu desenvolvimento. Busco também compreender quem é o adulto com deficiência intelectual, que muitas vezes chega à escola com pouca vivência social, escolar e afetiva. Ao conviver e trabalhar com pessoas adultas com deficiência intelectual, bem como ao realizar a coleta de dados e buscar literatura sobre o tema, percebi que pouco são os teóricos que se ocupam da questão, e isto, acredito, reflete um pouco o “lugar” que estas pessoas ocupam na sociedade. A cultura na qual está imerso interfere no olhar do professor sobre o aluno com deficiência intelectual, que muitas vezes chega à escola com um comportamento bem diferenciado daquele que se espera de um adulto. (BINS, 2013, página 37).

No Brasil, o cenário educacional de constantes modificações na estrutura do Ministério da Educação e Cultura (MEC), decorrente das trocas governamentais, cria uma situação de profunda instabilidade. Não temos políticas educacionais de Estado, mas de governos. Nesse contexto, ameaça ao caráter democrático, laico e gratuito da escola pública, disseminada por grupos que defendem interesses econômicos de viés neoliberal, é uma marca presente na educação brasileira há décadas. Recentemente, a onda conservadora que, a cada dia, demarca territórios e lugares nas discussões pedagógicas atuou de forma incisiva na recente reforma curricular, propondo questões e temas que visam o que ensinar, desde a primeira infância até o ensino médio (NASCIMENTO e CARVALHO, 2020, página, 136).

Em razão do cenário acima exposto, a questão que tem orientado nossa investigação visa a saber como tem

ocorrido a garantia do acesso e da permanência aos educandos P.A.E.E. no contexto da BNCC. Tal questão tem como fundamento o fato de que, desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos (EJA), a Base Nacional Comum Curricular excluiu em sua versão final, materiais específicos e subsídios para estudantes deficientes e professores, de modo a atender as especificidades e singularidades inerentes a este público-alvo.

2.4 Educação inclusiva: professor, escola e família

A educação dá-se em qualquer lugar, na família, nas indústrias, escolas, instituições esportivas, hospitais, em todos os cantos do mundo. Nesta perspectiva Freire (1999, p. 25) afirma que: “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”

Nesse sentido deve-se entender a educação como um progresso dinâmico e flexível, que possibilite ao ser humano interagir diretamente com a sociedade, desenvolver suas potencialidades, decidir sobre seus objetos e ações. Neste caso, Carvalho, afirma que a “transformação social é a transformação das condições concretas da vida dos homens” (2000, p. 164). E este é um processo histórico condicionado pelas próprias condições de vida e resultado da ação histórica dos homens.

Prosseguindo, a referida autora ressalta, sem atribuir tamanha responsabilidade aos professores, unicamente, há que reconhecer que eles desempenham significativo papel nessa direção. Para se desincumbirem desse papel, precisam dispor de conhecimentos além daqueles estritamente relacionados aos assuntos que irão lecionar. É necessário que estejam instrumentalizados a promover a educação com o sentido de formação e não como transmissão de conhecimentos, apenas.

Prosseguindo, a referida autora ressalta, sem atribuir tamanha responsabilidade aos professores, unicamente, há que reconhecer que eles desempenham significativo papel nessa direção. Para se desincumbirem desse papel, precisam dispor de conhecimentos além daqueles estritamente relacionados aos assuntos que irão lecionar. É necessário que estejam instrumentalizados a promover a educação com o sentido de formação e não como transmissão de conhecimentos, apenas.

III. METODOLOGIA

A pesquisa acadêmica deve perseguir o rigor científico em todas as suas instâncias, iniciando pela escolha das estratégias de abordagem e das metodologias a serem empregadas na coleta de informações e entrevistas, de modo que aquilo que se tomou como base para todo o

processo de pesquisa e posterior sistematização dos dados e descrição do que se fez, possibilite traduzir as aprendizagens e os caminhos construídos na teoria e prática da vivência profissional e pessoal de cada investigador (BINS, 2013).

A presente pesquisa orienta-se pela abordagem qualitativa por acreditar que esta modalidade de pesquisa possibilita ao pesquisador um olhar mais humanista, holístico e aproximado da realidade dos sujeitos.

Desta forma, a pesquisa qualitativa permite a interação do pesquisador com os sujeitos participantes do estudo facultando-lhes o direito de relatar de forma fidedigna, o que deu certo e o que deu errado, as fragilidades e fortalezas observadas no decorrer da pesquisa. Fazendo desta forma uma interlocução entre a teoria e os dados empíricos (TRIVIÑOS, 2009).

Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por estudantes portadores de deficiência e seus professores encarregados de seu processo de aprendizagem. Este estudo foi desenvolvido em uma escola que constitui a coordenadoria distrital 3 da Secretaria de Educação de Estado, da cidade de Manaus – AM. Como base pesquisa para se obter os resultados esperados, foram aplicados questionários fechados em duas etapas: no primeiro momento o objeto de investigação foram os professores e a gestão escolar como os demais colaboradores, afim de conhecer e entender como está se dando a formação de alunos com necessidades educacionais. No segundo momento um questionário foi aplicado para os alunos com intuito de conhecer o perfil socioeconômico, trajetórias, desafios e conquistas que os mesmos tenham vivenciado realizando a comparação de sua formação por meio de relatórios, históricos disponibilizados pela escola.

IV. RESULTADO E DISCUSSÃO

Antes de qualquer intervenção a ser aplicada a esta pesquisa, foram necessário a realização de observações nas dependências da escola, reuniões com a gestão e apoio pedagógico, afim de entender a real situação do ensino aprendizagem que são oferecidos para estudantes PCD.

Na vivência da graduação onde foi realizado uma pesquisa voltada para os projetos políticos pedagógicos, o retorno a mesma instituição se dá desta vez para realização de uma pesquisa voltada para Educação Especial, com ênfase na inclusão de alunos com necessidades educacionais.

A pesquisa começou com um questionário fechado com professores, cerca de 12 professores

participaram da pesquisa foram extraídos apenas perguntas com mais relevância para pesquisa.

Ao serem questionados com a seguinte pergunta: O acesso as dependências da escola, estão de acordo previstos nos dispositivos legais para atender alunos PCD?

Cerca de 80% dos professores informaram que, sim e 20% deles informaram que parcialmente. Em uma reunião questionados em relação a essas não conformidades em relação aos 20%, os professores relataram a seguinte situação:

“geralmente a escola passa por manutenção demoradas, como por exemplo elevador e banheiros adaptados, que resulta na desistência de muitos alunos.”

Neste sentindo é verdadeiro o que já citamos nesta pesquisa em relação a grande desistência de alunos por dificuldade de acesso algumas dependências escolares, este tipo de situação é real em diversas escolas do Brasil.

Ao questionamento: Que apoio os professores e instituições tem dos líderes governamentais para solucionar tal problema?

Um quantitativo de 90% dos professores respondeu que *“verbas são repassadas para o governo, porem existe uma demora para realização das devidas amamentações nas demências da escola.”* Os outros 10% não opinaram em relação a este questionamento.

O seguinte questionamento está relacionado com a formação dos professores para atender a demanda de alunos com necessidade educacional em uma visão geral. Sendo questionados: Quantos professores a escola tem a disposição desses alunos? Dos 12 professores efetivos para demanda do ensino na EJA, um (1) professor é para interprete de libras, 1 (um) para salas adaptadas e 1 (um) para atender alunos com deficiência visual ou motora. Em relação a este diagnóstico é constato a grande deficiência de profissionais voltados para a Educação Especial o que se faz necessário e urgente de novos professores para atender esses alunos.

Diante deste questionamento, tive o relato de uma professora de uma das turmas do Ensino Médio que possuem alunos PCD:

“Em relação a falta de professores, nós da escola estamos trabalhando duro e se dedicando ao máximo para possamos ter êxito nas conquistas de nossos alunos de modo geral, sem a exclusão, e sempre com apoio dos pais e da gestão da instituições, esperar pelos governantes se torna algo cansativo, e o educador não pode ficar de braços cruzados.”

Assim, partindo do pressuposto de que a Educação de Jovens e Adultos seria um espaço de

emancipação e formação para a cidadania e vida adulta, neste caso, dos alunos com deficiência intelectual; cabe questionar até que ponto estes “novos” espaços não se configuram nos moldes das escolas e/ou classes especiais, onde muitos desses alunos conviveram por longos anos.

Neste segundo momento, os questionados das pesquisas foram os estudantes, como muitos desses estudantes precisam ser acompanhados de seus professores, as perguntas foram lidas de forma individual e particular, com intuito de estabelecer uma linha exata de cada perfil que esses alunos apresentavam. Ao todo participaram do questionaram 22 alunos, 8 alunos com necessidades educacionais e os demais alunos são colegas de classe que fazem parte do convívio escolar.

Quando questionado: Quais dificuldades são encontrados diante da sua formação escola e a instituição?

1ª aluno: “as dificuldades encontradas são relacionadas ao difícil acesso que temos em relação algumas dependências da escola, como: banheiro ou acesso a outro andar por elevadores.”

Em questão dos materiais não adaptados o aluno em questão relaciona o uso do recurso do professor, em ser adaptado com sua condição motora. Neste sentindo alguns professores ou colegas de classe ajudam na locomoção, o que tira a alta dependência dos alunos.

2ª aluno: “outras dificuldades que encontramos são ao acesso alguns materiais didáticos não adaptados para acompanhar os colegas de classe.”

Em questão dos materiais não adaptados o aluno em questão relaciona o uso do recurso do professor, em ser adaptado com sua condição visual.

Quando questionado: Quais conquistas foram conquistadas por eles durante sua formação do ensino fundamental para o médio?

1ª aluno: “minha maior conquista foi conseguir chegar até o ensino médio e conseguir compreender que posso evoluir e entrar na faculdade.”

2ª aluno: “a maior conquista é que eu posso contar com meus colegas de classe e interagir com eles sem se sentir excluído.”

E para os demais colegas, fazer parte da formação desses alunos é importante, pois torna-os capazes de serem eles mesmo e aceita-los no seu meio é fundamental para sociedade. A realidade que escola vive é totalmente comum em qualquer lugar do Brasil. Por tanto, oferecer empatia ajuda muito na evolução do ser humano.

Em análise com os relatórios e históricos obtidos pela própria instituição é possível observar que durante 4 anos, a escola recebeu inúmeros alunos PCD, como

também já obteve um número grande de desistência dos mesmos. Ainda em relação aos descritos evidenciados nesses relatórios, muitos alunos com necessidades educacionais conseguiram resultados satisfatórios e conseguiram concluir com êxito o ensino médio.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos diferentes, temos os mesmos direitos e a escola é para todos. Sabemos e concordamos com esses princípios. Entretanto, quando estamos envolvidos nas tarefas cotidianas na escola, às vezes nos sentimos impelidos a repetir repertórios e ferramentas com os quais nos sentimos mais seguros, pois fomos forjados a partir deles.

Através da pesquisa foi possível reconhecer que mesmo dentro de toda complexidade das relações humanas, o papel da educação é inigualável e insubstituível. Para que este papel tão importante da educação aconteça na prática é preciso qualidade, eficiência, competência, diálogo e afetividade para transformar sonhos em alegrias concretas. O processo de ensino/aprendizagem requer o entendimento de que ensinar e aprender não significa acumular informações memorizadas, mas sim fazer o aluno buscar novas alternativas, fazer escolhas frente a novas situações apresentadas.

Este estudo aponta para a necessidade de repensar e ressignificar a prática pedagógica docente, efetivando a construção de uma metodologia de ensino em que a prioridade seja levar o aluno a “aprender a aprender”, a incorporação de uma proposta pedagógica humana centrada no aluno, que desenvolva atitudes e valores humanos.

REFERÊNCIAS

- [1] BINS, Katiuscha Lara Genro. Adultos com Deficiência Intelectual Incluídos na Educação de Jovens e Adultos: apontamentos necessários sobre adultez, inclusão e aprendizagem. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação. Tese de Doutorado. Orientador: Dr. Marcos Villela Pereira.
- [2] CARVALHO, Rosita Elder. O Direito de Ter Direito. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.
- [3] FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- [4] HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. São Paulo Perspec. [online], v.14, n.1, p. 29-40, 2000.

- [5] NASCIMENTO, Amanda Souza Batista do; CARVALHO, Celso. Direitos Humanos, Educação Inclusiva e EJA: quando uma proposta curricular se torna instrumento de luta e resistência. *Dialogia*, São Paulo, n. 35, p. 135-147, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://www.periodicos.uninove.br/dialogo/article/view/16938>>. Acesso em: 07 de maio de 2021.
- [6] SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO. Novo EJA. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2021.
- [7] TRIVIÑOS, N. S. A. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas S. A., 2009.
- [8] UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.